

POLÍTICA

PROBLEMAS DE SARNEY

O presidente terá de antecipar a reforma ministerial. Se o Congresso quiser.

O presidente José Sarney poderá promover ainda este ano a reforma ministerial prevista para junho do próximo ano, se for aprovada a subemenda apresentada à Comissão de Convocação da Constituinte, que amplia de cinco para 12 meses o prazo de desincompatibilização dos ministros de Estado, governadores e secretários de Estado que pretendam concorrer às eleições de 1986. Essa é a previsão de parlamentares na Frente Liberal que consideram "certa" a aprovação da subemenda no plenário do Congresso, mesmo que a proposta seja rejeitada pela Comissão Mista.

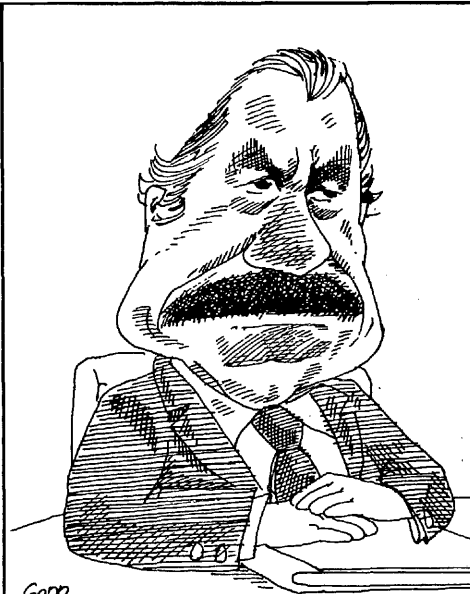
Para os senadores, segundo explicaram, interessa a ampliação do prazo de desincompatibilização, tendo em vista que a maioria dos atuais governadores pretende disputar uma vaga para a Constituinte. A saída antecipada de ministros do Estado, que poderia ser prejudicial ao PMDB, "interessa, por outro lado, a uma grande parcela do partido, sobretudo os que não tiveram seus pleitos atendidos ou que não dependem deles para disputar eleição", disse um frentista.

Um exemplo claro dessa disposição será demonstrado hoje, no final da tarde, quando a bancada estadual do PMDB paulista reúne-se no Palácio dos Bandeirantes para manifestar ao governador Franco Montoro sua adesão à proposta de ampliação do prazo de desincompatibilização, segundo informou o deputado Marcos Aurélio

Ribeiro, da comissão de deputados incumbida de ouvir as reivindicações da bancada peemedebista e levá-las ao chefe do executivo.

Para o Partido da Frente Liberal, a saída ainda este ano de seus quatro ministros — Aureliano Chaves, das Minas e Energia, Olavo Setúbal, das Relações Exteriores, Marco Maciel, da Educação, e Paulo Lustosa, da Desburocratização — não afetará o desempenho do partido nas eleições gerais do próximo ano. Maciel, segundo lembram, tem mandato de senador até 1988. Olavo Setúbal não precisa do Itamaraty para eleger-se governador de São Paulo, "até porque seu ministério rende pouco em termos políticos". Paulo Lustosa teria sua reeleição assegurada para deputado federal ou senador. E Aureliano Chaves, na opinião dos frentistas, terá maiores condições de ajudar o PFL dedicando-se exclusivamente à presidência do partido.

"É o mesmo que colocar fogo em pólvora", comentou um dirigente do PFL, ao explicar que a aprovação dessa subemenda poderá representar a reeleição de muitos deputados e senadores, visto que em Estados como Pernambuco e Bahia, por exemplo, cinco ou seis secretários estaduais já anunciaram a disposição de disputar um mandato federal em 86. No Congresso Nacional calcula-se que a adesão à proposta já conta com cerca de dois terços dos parlamentares. Mas a ampliação do prazo de de-



Sarney terá de mudar seus ministros, se o prazo para a desincompatibilização for ampliado.

sincompatibilização ainda parece esbarrar em algumas resistências.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, por exemplo, negou que o presidente José Sarney esteja incentivando a aprovação dessa medida e afirmou que só tomará posição sobre o assunto depois de consultar a bancada do partido. Os governadores, ministros e secretários de Estado também preferem permanecer por mais tempo em seus cargos, antes de iniciar oficialmente suas campanhas para as próximas eleições.

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, considera simplesmente casuística essa proposta e afirma que em países democráticos nem sequer existe o expediente de desincompatibilização. Na sua opinião, ministros, governadores, secretários e prefeitos não precisariam deixar seus cargos para se candidatarem, bastando apenas pedir licença sem perder os mandatos. Quando deputado, aliás, Fernando Lyra chegou a apresentar um projeto nesses moldes, estabelecendo que o pedido de licença deveria ser feito 90 ou 120 dias antes das eleições. "A antecipação do prazo de desincompatibilização é um absurdo, e se trata de uma pretensa defesa daqueles candidatos que não exercem funções públicas", disse o ministro da Justiça.

O ministro da Previdência Social e candidato ao governo da Bahia, Waldir Pires, também se opõe radicalmente ao projeto de

ampliação do prazo de desincompatibilização, por considerá-lo um convite à prática velada da corrupção. Ele entende que o candidato deveria permanecer no respectivo cargo público até a data das eleições, acrescentando que o contrário é "inconveniente" sob todos os pontos de vista. Waldir Pires argumenta que, ao deixar o cargo que ocupa num órgão público, obrigado pela atual legislação eleitoral, o candidato fatalmente será substituído por um "testa-de-ferro", que irá praticar "todos os atos irresponsáveis, promovendo o empreguismo e utilizando recursos públicos para a campanha eleitoral de seu antecessor".

No seu caso particular, Waldir Pires pretende continuar como ministro da Previdência até o prazo atualmente permitido por lei: 15 de junho, ou seja, cinco meses antes das eleições de 15 de novembro de 1986. Mas acrescenta que gostaria que no Brasil não houvesse corrupção, e o País pudesse seguir o mesmo exemplo das democracias europeias, onde não há a desincompatibilização: "Os candidatos permanecem no exercício pleno de seus cargos até o dia das eleições". O mais provável, porém, é que a desincompatibilização tenha seu prazo ampliado. Neste momento, a Comissão da Constituinte já começou a examinar duas propostas nesse sentido: uma apresentada pelo deputado Manuel Costa (PMDB-MG), e outra do deputado Albérico Cordeiro (AL).